

<https://amazoniareal.com.br/cana-de-acucar-ameaca-a-floresta-amazonica-brasileira-e-o-clima-mundial-etanol-brasileiro-nao-e-limpo/>



Cana-de-açúcar ameaça a floresta amazônica brasileira e o clima mundial – etanol brasileiro não é limpo



Amazônia Real | 18/11/2019 às 23:05

Por Lucas Ferrante e Philip Martin Fearnside

Em [06 de novembro de 2019](#), o [presidente brasileiro Jair Bolsonaro](#) e seus ministros da Economia e Agricultura assinaram em conjunto um [decreto](#) que extingue o zoneamento ambiental da cana-de-açúcar, que havia restringido o avanço dessa cultura na Amazônia e no Pantanal. A [mudança ameaça](#) drasticamente esses biomas. Demonstrou-se que as plantações de cana-de-açúcar [ameaçam a biodiversidade](#), seus efeitos se estendendo além das áreas cultivadas até as florestas adjacentes. Uma versão anterior em Inglês deste texto foi publicada pela [Mongabay](#).

Em 2018, o Senado brasileiro considerou revogar o decreto de 2009 que estabeleceu o zoneamento para a cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal. Como apontamos em uma carta publicada na revista [Science](#) na época da proposta do Senado de 2018, permitir que a cana se expandisse para a Amazônia afetaria a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, com impactos que se estendem a outras áreas do País.

Por temer boicotes internacionais, a proposta de 2018 foi contestada pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA), uma posição que agora mudou. Felizmente, em 2018, senadores suficientes nos comitês-chave estavam convencidos das consequências desastrosas da proposta e decidiram não liberar esta cultura. Agora sob o presidente Bolsonaro, o mesmo desastre está sendo desencadeado por um simples decreto presidencial.



Cana-de-açúcar teve o plantio liberado na Amazônia e Pantanal
(Foto: Wenderson Araújo/CNA)

Ignorando todas as pesquisas sobre o assunto, o presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar, Evandro Gussi, publicou recentemente uma nota no [site da UNICA](#) alegando que o zoneamento ambiental não seria mais necessário para a cana nos biomas Amazônia e Pantanal, sob a justificativa que o Renovabio (a política de biocombustíveis aprovada em 2017) seria suficiente para mitigar esses impactos. Isso carece de apoio científico.

[A cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal](#) gerará impactos sem precedentes, e não podemos considerar que os biocombustíveis brasileiros sejam “limpos” e livres de associação ao desmatamento e degradação ambiental na Amazônia. Em 2018, os países da União Europeia importaram mais de [43 milhões de litros](#) de etanol brasileiro derivado da cana, de acordo com dados oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo brasileiro. Como é o caso para todas as mercadorias, os países importadores precisam avaliar o impacto ambiental que a produção dessas mercadorias causa no clima global, por exemplo, através da destruição da floresta amazônica.

A expansão da cana-de-açúcar na Amazônia não afetaria apenas a maior floresta tropical do mundo, mas também [prejudicaria a capacidade agrícola](#) do Brasil. O desmatamento da Amazônia aumentou [em 85%](#) em 2019 comparado com o ano anterior, resultado da [retórica antiambiental do governo Bolsonaro e do](#)

[desmantelamento das agências ambientais](#) do país. Esse clima político torna os danos prováveis do decreto de 06 de novembro ainda maiores.



Desmatamento no Mato Grosso (Foto: Alberto César Araújo)

A fotografia acima mostra a colheita da cana-de-açúcar (Foto: Wenderson Araujo/CNA)

Lucas Ferrante possui formação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) em Minas Gerais, Mestrado em Biologia (Ecologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e atualmente é Doutorando em Biologia (Ecologia) também no INPA. É pesquisador associado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia (INCT-SERVAMB). Desenvolve pesquisas e popularização da ciência sobre a influência das ações humanas sobre a estrutura, dinâmicas, clima e biodiversidade de paisagens, em específico florestas tropicais, bem como povos tradicionais que vivem na floresta, tendo como intuito minimizar os danos causados pela mudança da paisagem, expansão agropecuária e mudanças climáticas sobre pessoas, fauna e serviços ecossistêmicos. Neste contexto tem avaliado principalmente efeitos de diferentes matrizes agrícolas, mudanças da paisagem e mudanças climáticas sobre biodiversidade, biomas e serviços ecossistêmicos. Tem pesquisado agentes do desmatamento, buscando políticas públicas para mitigar conflitos de terra gerados pelo desmatamento, invasão de áreas protegidas e comunidades tradicionais, principalmente sobre Terras indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia (lucasferrante@hotmail.com).

Philip Martin Fearnside é doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências e também coordena o INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) dos Serviços Ambientais da Amazônia. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 500 publicações científicas e mais de 200 textos de divulgação de sua autoria [que estão disponíveis aqui](#).

Os colunistas da agência Amazônia Real têm liberdade para escolher os temas de seus artigos, que não são necessariamente da mesma opinião da agência de jornalismo independente.